

# Terapêutica e flora brasílica no contexto da farmácia portuguesa do século XVIII

Wellington Bernardelli Silva Filho<sup>1</sup>

CIUHCT/UL/CAPES

## Introdução

É consenso que as monarquias europeias realizaram com afinco o descortinamento das potencialidades naturais ao longo do processo de colonização do Novo Mundo. Todavia, é relevante registrar que o encontro de uma natureza ímpar, rica e única em sua flora e fauna, impôs - desde o primeiro contato com o homem europeu - que desvendar seus mistérios era item imperativo à manutenção da colônia. Para além da manutenção da colônia, desvendar as potencialidades de seus gêneros naturais também indicavam lucros promissores.

Apesar de reconhecer as potencialidades comerciais da exploração da natureza colonial, ao longo de todo século XVIII existe uma questão recorrente nas cartas, tratados, livros e textos que abordam a América portuguesa: o subaproveitamento português dessas riquezas. De fato, a queixa em si – articulada em favor de uma maior atenção da Coroa para questões relativas a colônia – não é um elemento exclusivo do período setecentista, visto que tal situação pode ser encontrada com facilidade em textos do século XVI, a exemplo nas cartas de Duarte Coelho (1485-1554), no tratado de Gabriel Soares de Sousa (1540-1591) ou mesmo na crônica de Pedro de Magalhães Gandavo (1540-1580). Para os autores quinhentistas, a questão legitimava-se pela necessidade de melhor conhecer o território e suas potencialidades; ou ainda, na queixa da falta de homens e meios para explorar apropriadamente o território recém-descoberto. Todavia, para os autores do século XVIII a crítica era realizada, para além de um melhor reconhecimento da natureza, também para um melhor aproveitamento das potencialidades terapêuticas e/ou comerciais de muitas plantas já então conhecidas por eles.

---

<sup>1</sup> Aluno de Doutorado do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Bolsista do programa Doutorado Pleno no Exterior – Capes.

Entre as diversas narrativas setecentistas, a literatura farmacêutica destaca-se como gênero textual onde podem ser encontrados recorrentes críticas ao subaproveitamento português da natureza brasílica. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar algumas dessas publicações farmacêuticas do século XVIII, confrontando-as em seus objetivos, influências e forma de descrever a flora terapêutica colonial. Para tanto, pretende-se antes fazer uma breve análise sobre a história da farmácia portuguesa, focando-se especialmente nas diferenças existentes entre a farmácia conventual e a farmácia laica. Enquanto a primeira possui uma maior presença no cenário médico-farmacêutico português, a farmácia laica conhece a partir de setecentos uma gradual emergência de sua importância na sociedade e domínio científico. Essa condição pode ser constatada devido a maior parte dos autores de farmacopeias durante o período serem de origem laica.

Entre os poucos boticários conventuais autores de publicações farmacêuticas do período, o frei João de Jesus Maria possui duas obras onde a flora terapêutica do Brasil são representadas com destaque. Assim, também é objetivo do presente texto analisar as formas como o autor fez uso dessa flora medicinal, bem como as diferenças existentes entre suas obras e outras do mesmo período.

### **A dinâmica da botica conventual e botica laica**

Um exemplo sobre o subaproveitamento da flora brasílica pode ser encontrada no excerto retirado da carta de António Nunes Ribeiro Sanches (1689-1783) endereçada ao médico português, então radicado no Rio de Janeiro, Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829):

“Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochonilha, a quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, (...). Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas

que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaíba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas (...).<sup>2</sup>

A denúncia de Ribeiro Sanches, ainda que inflamada em suas palavras, possui estreita ligação com o fato de que numerosas plantas, apesar de naturais da colônia portuguesa do Novo Mundo, não eram satisfatoriamente comercializadas pelos portugueses durante o período. Descritas desde o primeiro século de colonização do território brasileiro e amplamente presente nas boticas portuguesa, muitas delas apenas alcançaram projeção comercial através das mãos de médicos, naturalistas e boticários de outras nacionalidades.

Uma das plantas mais significativas dessa condição é a ipecacuanha (*Psychotria ipecacuanha*). Largamente encontrada ao longo da Mata Atlântica, a ingestão da sua raiz induz a um poderoso reflexo de vômito, devido ao emético presente em sua composição, emético esse que hoje leva seu nome<sup>3</sup>. As qualidades terapêuticas da ipecacuanha foram descritas inicialmente por Anchienta e Fernão Cardim na segunda metade do século XVI, onde relatavam o seu uso no combate a ingestão e inoculação de veneno. Apesar desta notícia inicial, as primeiras descrições botânicas e médicas da ipecacuanha foram feitas apenas no século seguinte, por Guilherme Piso (1611-1678), em sua *Historia Naturalis Brasiliae*, assim como por Georg Marcgraf (1610-1655) em *Historia rerum naturalium Brasiliae*, ambas publicadas em Leida em 1648, resultantes do período que seus autores passaram no Brasil.

Pouco ou nada utilizada fora do Império Português até finais do século XVII, devido ao seu caráter de remédio ordinário e próprio da colônia, a ipecacuanha adquire *status* de distinção terapêutica após o médico Jean-Adrien Helvetius (1661-1727), curar o filho do Luís XIV de disenteria através da administração de um remédio produzido a base dela<sup>4</sup>. A partir desse evento singular, e obviamente pela propaganda realizada por Helvetius sobre o valor desta botica, poucas décadas bastaram para que a ipecacuanha encontrasse lugar de destaque nos meios médicos europeus.

---

<sup>2</sup> Academia de Ciências de Lisboa. Século XVIII. História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades. *Manuscrito Azul*, n. 374. *Memória* n. 30.

<sup>3</sup> Maria Camargo de Assis. Ana Maria Giulietti, “Diferenciação morfológica e anatômica em populações de ‘ipecacuanha’ *Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes (Rubiaceae).” *Revta Brasil. Bot.*, 22 n2 (1999): 205.

<sup>4</sup> José Pedro Sousa Dias, “Levanta-te e Caminha: a Igreja e as ciências da saúde em Portugal nos Séculos XVI a XVIII” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 318.

Durante o final do século XVII, a raiz foi tema de vários textos médicos e farmacêuticos. Um dos mais famosos foi o do matemático e filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) que, em 1696 assinou a autoria do “*Relatio de novo Antidysenterico Americano magnis successibus comprobato*” onde, em quase 40 folhas, descreve as propriedades da ipecacuanha. Também é digno de nota o médico francês Jean-Jacques Manget (1652-1742) que em 1721, assinala no *Traité de la Peste* que as propriedades da ipecacuanha são positivas no tratamento contra a Peste.

Como visto na emergência da ipecacuanha como terapêutica de sucesso, existia um ávido interesse entre os médicos, droguistas e boticários por drogas naturais desconhecidas, qual fomentavam um extenso mercado europeu para as ditas drogas simples. Como denunciado por Ribeiro Sanches, os espanhóis tiveram, das plantas encontradas em suas possessões na América, grande lucro através de sua comercialização. O maior exemplo delas é a quina (*Cinchona sp.*), talvez a maior e mais conhecida droga de origem americana durante o Antigo Regime. Planta da família das rubiáceas, os derivados de sua árvore foram amplamente utilizadas pelos nativos no combate a diversos achaques, especialmente os febris. Observado a potencialidade terapêutica de seu uso, sua casca foi intensamente comercializada pelos espanhóis de tal forma que se assistiu a extinção desta planta em algumas localidades<sup>5</sup>.

O subaproveitamento português das potencialidades naturais de suas colônias, em boa parte, se explica devido a dinâmica da farmácia portuguesa. Durante o período, o campo boticário estava articulado na hegemonia da farmácia conventual quando comparada à projeção científica e socioeconômica da farmácia laica. As boticas dos conventos tinham uma atuação regional, onde normalmente supriam a demanda de cidades inteiras por custo quase zero e sem taxação da Fazenda<sup>6</sup>. Isso fazia com que os boticários laicos não tivessem uma condição econômica elevada, em consequência, ocupavam um estatuto social baixo na sociedade portuguesa<sup>7</sup>. Essa condição secundária do ofício boticário laico em Portugal fica evidente quando comparamos com a riqueza e reconhecimento científico de outros boticários da Península Ibérica, como a exemplo da

---

<sup>5</sup> Antônio M. Amorim Costa, “Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e a virtude febrífuga de um grande número de quinas.” *Quim. Nova* 38, n7 (2015): 1002.

<sup>6</sup> Maria Paula Basso. João Neto, “O Real Mosteiro de S. Vicente de Fora” In: *A Botica de São Vicente de Fora* (Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994), 14.

<sup>7</sup> José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007), 233-244.

família Salvador em Barcelona<sup>8</sup>. Logo, não se assistiu em Portugal linhagens familiares de grande projeção no campo boticário. Quando ocorria o destaque econômico de um boticário, não era comum que o mesmo investisse em sua botica, mas sim, era usual a compra de títulos e propriedades alheias a profissão farmacêutica. Quanto aos seus descendentes, também era comum que boticários economicamente proeminentes influenciassem seus filhos a seguirem profissões de estatuto social mais elevado, seja na medicina ou no clero<sup>9</sup>. Outro ponto relevante dá-se pela quase totalidade das publicações farmacêuticas portuguesas serem impressas em língua portuguesa<sup>10</sup>, o que impedia sua divulgação para um amplo grupo de leitores estrangeiros.

Por estarem em posições frontalmente diferentes, o atrito inevitável entre as duas modalidades boticárias cresceu ao longo do tempo, adquirindo seu ápice na metade do século XVIII, quando os boticários laicos de Lisboa endereçaram uma petição à Coroa pedindo o fechamento das boticas conventuais<sup>11</sup>. Todavia, o conflito não conheceria seu fim antes da primeira metade do século seguinte. Iniciada em 1833 pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António de Aguiar, a Comissão da Reforma Geral do Clero colocou fim aos Conventos, Monastérios, colégios religiosos de todas as ordens existentes em território nacional e, como consequência, das farmácias que operavam dentro destes estabelecimentos religiosos.

Porém, até o fechamento da farmácia conventual ser decretado com a Reforma Geral do Clero, o desagravo dos boticários durante os setecentos passou progressivamente a se acirrar, ocupando gradativamente mais espaço nos debates e textos de caráter médico e político. Um dos personagens mais célebres a capitanear as reivindicações dos boticários laicos foi Ribeiro Sanches. O médico português então radicado em Paris discorreu asperamente sobre o tema em *Apontamentos para estabelecer hum Tribunal & Colégio de Medicina na intenção que esta Ciência se conservasse de tal modo que sempre fosse útil ao Reino de Portugal e dos seus*

---

<sup>8</sup> José Pardo Tomás, “Escrito en la rebotica. Coleccionismo naturalista y prácticas de escritura en el gabinete de curiosidades de la familia Salvador. Barcelona, 1626-1857” *Cultura Escrita & Sociedad*, 10 (2010): 17-52.

<sup>9</sup> José Pedro Sousa Dias, *Farmácia Setecentista* (Lisboa: Associação de Estudantes da F.F.U.L., 1990), 6-7.

<sup>10</sup> Como exceção a essa condição hegemonia de publicações em português, temos Jacob de Castro Sarmiento e António Nunes Ribeiro Sanches que publicaram alguns de seus textos em latim em latim.

<sup>11</sup> José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007) 276.

*dilatados Domínios*. Em suas páginas, Ribeiro Sanches pretendia delimitar as esferas de atuação dos médicos, cirurgiões, e boticários, assim como sublinhar a urgência na criação de um Tribunal de Medicina, para assim garantir bom exercício das profissões médicas em Portugal.

Apesar de não ser uma das bandeiras do texto, é marcante as críticas tecidas pelo autor à condição que se encontrava a farmácia laica portuguesa. Segundo Ribeiro Sanches, visto que a população ser passiva ao poder exercido pelas Ordens eclesiásticas, seus medicamentos era adquiridos entre os clérigos, razão pela qual as boticas laicas “(...) não gastam os remédios que compram e muito menos aqueles que compõem: ficando por último corruptos, e podres (...)”<sup>12</sup>. Com efeito, o médico defendia que o impedimento real que vetava os Mosteiros e Conventos de venderem as hortaliças produzidas pelos clérigos, com o intuito de proteger a economia e os produtores locais, deveria estender-se também aos remédios produzidos dentro das boticas conventuais<sup>13</sup>.

Para além das questões relativas aos interesses comerciais dos boticários laicos, Ribeiro Sanches denunciava que a atuação das boticas conventuais corroía também os fundamentos econômicos do Império, visto que a produção decorrente das casas religiosas não eram taxadas pela Fazenda Real. A conjuntura também afetava o progresso da farmácia em Portugal, visto que em condição de miséria, os boticários laicos pouco ou nada contribuía para o desenvolvimentos das artes de curar. Dessa forma, Ribeiro Sanches afirmou que “é tão evidente este roubo do público, e aos Boticários seculares pelas Boticas dos Conventos, que só uma piedade fátua, só uma indolência e aversão para todo o bem comum poderá conservá-las no estado que hoje existem (...)”<sup>14</sup>. Assim, para ele, as contradições do campo boticário em Portugal não configuravam um problema de ordem localizada, exclusivamente concernente aos interesses dos boticários laicos, mas antes, uma ameaça a estabilidade do Estado.

Se a atuação da botica conventual era objeto de críticas dos praticantes laicos, seus argumentos não contemplaram um importante elemento que explica a proeminência dessa: sua existência estava firmemente assentada na atuação histórica que os clérigos tiveram nesse campo de saber.

---

<sup>12</sup> António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras vol. 2* (1966), 22.

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, 19.

<sup>14</sup> *Idem, Ibidem*, 63.

A atividade dos membros do clero em Portugal remonta ao período de formação do próprio reino portugalense, estando a história das Ordens religiosas no país intimamente imbricada com os primeiros anos de formação nacional. Em princípio, as principais Ordens que ingressaram no país foram a regra beneditina, adotada pelos mosteiros da diocese de Braga ainda no século XI, e a agostiniana, qual tem no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1132) sua principal localidade. A fundação desse mosteiro revela-se especialmente significativa tendo em sua importância nos primeiros anos do reinado, uma vez que D. Afonso Henriques, ao transferir a corte de Guimarães para Coimbra, utilizou suas dependências como chancelaria, guarda dos tesouros reais, além de frequentemente fazer uso dos membros do mosteiro nas atividades reais.

Com relação às questões referentes à assistência dos pobres e enfermos, o Mosteiro de Santa Cruz também é um dos primeiros a destacar-se, figurando durante quase dois séculos como principal centro de difusão, aprendizagem e prática médico-farmacêutica portuguesa<sup>15</sup>. Sua posição medular no campo médico nacional permaneceu até a fundação do *Studium generale* (1290) por D. Dinis (1297-1325), qual estruturou o ensino acadêmico no reino e retirou o quase monopólio monástico da educação médica.

É do Mosteiro de Santa Cruz que provém um dos principais personagens do campo práticas médico-farmacêutico de Portugal medieval: S. Frei Gil (1185/90-1265), também conhecido como Frei Gil de Santarém. Natural de Vouzela, iniciou seus estudos médicos, filosofia e em língua latina no mosteiro crúzio, sendo posteriormente enviado para Paris por Sancho I (1154-1211), com o objetivo de complementar sua educação<sup>16</sup>. Sua atuação na prática terapêutica refletiu as preocupações do campo médico do período, marcadas por uma vertente galénica na administração das drogas de origem vegetal e animal, associadas às práticas mágico-religiosas características da medicina monástica medieval<sup>17</sup>.

Outra personalidade proveniente do clero, Pedro Hispano (1200-1277) notabilizou-se como um dos principais vultos da farmácia lusitana na Idade Média. Natural de Lisboa, o clérigo estudou medicina em Paris e também era versado em

---

<sup>15</sup> Dulce O. Amarante dos Santos, “A domus infirmorum do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o acolhimento no hospital São Nicolau (Portugal, séculos XII-XIII)”. *História (São Paulo)* 34 (2015): 76.

<sup>16</sup> Dulce O. Amarante dos Santos, “Aproximações à medicina monástica em Portugal na Idade Média” *História (São Paulo)* 31 (2012): 58.

<sup>17</sup> João Rui Pita, *História da Farmácia* (Minerva: Coimbra, 1998), 91-92.

matemática e filosofia. Eleito pontífice maior da Igreja em 1276, quando então adotou o nome de João XXI, sendo a obra *Thesaurus Pauperum* sua contribuição de caráter médico mais significativa. Nela, Pedro Hispano copilou uma série de fórmulas farmacêuticas e práticas terapêuticas que transparecem a influência que a medicina árabe exercia sobre o autor, além de inúmeras referências a autores clássicos, como Galeno, Avicena e Discórides<sup>18</sup>.

Por meio desse olhar retrospectivo, podemos identificar que a tradição médico-farmacêutica esteve profundamente enraizada à atuação conventual e monástica na Europa medieval. A própria gnose cristã legitima tal prática, tendo em vista que a assimilação metafórica de elementos característicos do universo médico são relacionados aos fundamentos da espiritualidade que propiciou uma visão cristã da medicina<sup>19</sup>. Assim, pecado e doença, cura e cristianismo, e ainda a própria figura do médico e do Redentor se aproximam e se associam simbolicamente, compartilhando o mesmo significado catártico.

Mesmo nas Escrituras a associação metafórica dos elementos espirituais e médicos são utilizadas, como quando os Fariseus acusam Cristo de partilhar a mesa com pecadores, qual responde que “não necessitam de médico os sãos, mas, sim, os doentes”<sup>20</sup>. Também são recorrentes os casos em que os milagres de Cristo são narrados dentro de uma esfera de cura de doentes e inválidos, como quando na cura de leprosos<sup>21</sup>. Tais passagens permeiam a figura do *Christus medicus*, isso é, a compreensão de Cristo como, simultaneamente, o médico e o próprio medicamento, tanto no combate da doença em seu aspecto físico como espiritual, ou seja, na remissão dos pecados<sup>22</sup>. Por conseguinte, as práticas relacionadas a cura estavam intimamente inscritas na práxis da vida cristã e, como tal, sua atividade estendia-se a própria atividade litúrgica e evangelizadora.

Herdeiras de uma tradição que tanto legitimava como impelia as práticas médico-farmacêuticas como extensão do trabalho eclesiástico, as boticas conventuais

---

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem*, 92.

<sup>19</sup> José Pedro Sousa Dias, “Medicina e Religião na História (Antiguidade e Idade Média)” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 209.

<sup>20</sup> Mateus 9:12; Marcos 2:17; Lucas 5:31.

<sup>21</sup> Mateus 8:1-4; Lucas 17:11-19.

<sup>22</sup> José Pedro Sousa Dias, *Op. cit.*, 209.

portuguesas desempenharam um papel considerável na evolução do campo farmacêutico nacional<sup>23</sup>. Como dito por José Pedro Sousa Dias, a riqueza e influência exercida no panorama farmacêutico português caracterizou a botica conventual até o século XVIII. A trajetória proeminente desta botica ao longo da História, por si só, justifica-a como objeto de estudo; todavia, o contraste de sua opulência frente a, até então, fragilidade da farmácia laica portuguesa, fomenta ainda mais sua singularidade<sup>24</sup>.

Muitos mosteiros possuíam dentro de seus muros jardins e boticas dedicadas ao atendimento tanto de suas necessidades internas, abastecimento dos mosteiros que não possuíam boticas, além do serviço à população que as circundavam. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Dominicanos e Jesuítas foram Ordens cuja atividade boticária conheceu maior projeção, sendo os Carmelitas, Beneditinos e Oratorianos também reconhecidos nesse campo<sup>25</sup>. Sob a bandeira de tais instituições, as atividades desempenhadas pelos monges boticários fizeram seu legado estar indissociável à própria História da Farmácia portuguesa. Como exemplo disto, basta lembrar que a primeira botica do país foi erguida no Mosteiro de Alcobaça, além da primeira farmacopeia portuguesa publicada tenha sido obra do monge boticário crúzio em 1704<sup>26</sup>.

### **Literatura farmacêutica e sua relação com as drogas do Brasil**

A tentativa de racionalizar a exploração dos géneros naturais da colônia foi vista pela historiografia como uma característica advinda da Reforma Pombalina e, principalmente, da trajetória profissional de Domenico Vandelli (1735-1816), lente da Universidade de Coimbra e responsável as expedições filosóficas portuguesas no último quartel do século XVIII, como a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) ao Brasil<sup>27</sup>. O presente texto não pretende minimizar a importância de Vandelli para o amadurecimento e profissionalização do campo botânico português. Na

---

<sup>23</sup> A. C. Correia da Silva, “Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII” *An. Fac. Farm* 32 (1972): 9.

<sup>24</sup> José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, Boticários e Segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de Setecentos*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007), 274.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*, 275.

<sup>26</sup> A. C. Correia da Silva, “Inventário de uma Botica Conventual do Século XVIII” *An. Fac. Farm* 32 (1972): 9.

<sup>27</sup> Ermelinda Moutinho Pataca, “Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808)” (Tese, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2006), 10.

verdade, é inegável que sua atividade na Universidade de Coimbra e frente ao Jardim Botânico da Ajuda transformaram radicalmente a História Natural do país<sup>28</sup>. Entretanto, é preciso ressaltar que Portugal não era um mar de obscurantismo no campo da filosofia natural no período anterior a Vandelli. Ao contrário, entendo podem ser encontrados vários exemplos de personagens ativos na publicação de obras de interesse da Filosofia Natural e Botânica. Dentre estes, muitos dos quais dedicados às drogas naturais da colônia brasileira, sejam ao advogar por uma racionalização de seu uso, ou em estudo e utilização terapêutica.

Podemos pegar como exemplo disso a obra “*Desenganos para a medicina ou botica para todo pay de famílias*” publicado em 1656 em Lisboa, e reeditado tanto em Lisboa como em Coimbra diversas vezes ao longo dos dois séculos subsequentes. As numerosas edições desta obra demonstram o interesse latente que existia na sociedade lusitana sobre a Filosofia Natural, em especial em sua aplicação terapêutica. Seu autor, o médico alemão Gabriel Grisley, também é autor da “*Viridarium Grisley Lusitanicum...*” (1661), que figura como a primeira publicação onde são listadas as plantas de Portugal. Importante destacar que ela teve uma reedição de 1789, levada a cabo pela Academia de Ciências de Lisboa por ordem de Domenico Vandelli. Para o naturalista italiano, não existia propriamente um interesse científico no livro, mas antes, por ser o primeiro livro português sobre a flora do país, suas páginas eram de grande relevância para a História da Botânica portuguesa<sup>29</sup>.

O mesmo vemos no “*Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, árvores, animais quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, & que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidadedos vivos*” (1765). Escrita pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, a obra destaca-se pelas muitas entradas de plantas originárias das Américas. São exemplos dessa descrição da *herva de cobra* (possivelmente *Mikania glomerata*), qual Carvalho escreve que “(...) nasce no Brazil, e lhe chamão assim, porque não tem a natureza vegetante antidoto mais soberano contra a mordedura de cobra, ou serpente

---

<sup>28</sup> Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 50-59.

<sup>29</sup> *Idem, Ibidem*, 11.

(...)»<sup>30</sup>. Também pode ser encontrada em suas páginas a descrição do anacardo (*Anacardium sp.*), qual Carvalho distingue duas espécies: a originária de Malaca e a do Brasil. Apesar de suas propriedades terapêuticas, o autor sublinha os cuidados necessários para sua administração, visto que “ (...) se corrobora os nervos, queima o sangue, e pelo muito calor, que faz ao corpo, saúda febre (...)”<sup>31</sup>. As duas entradas extraídas desse dicionário, mesmo possuindo um objetivo declaradamente Botânico e não necessariamente médico, destacam o interesse terapêutico relacionado as plantas advindas do Brasil.

Alias, foi justamente no campo boticário que a flora colonial despertou maior interesse, bem como, onde podem ser vistos os maiores esforços no fomento e conhecimento da fauna e flora colonial. As farmacopeias, maiores expoentes da literatura farmacêutica no século XVIII, ilustram com clareza a necessidade de melhor conhecer as drogas do Brasil. Não houve sequer uma única no período que não abordasse o valor da flora originária colonial, seu potencial terapêutico, e suas possibilidades comerciais.

Dentre tais farmacopeias, algumas destinaram capítulos inteiros para as plantas exóticas, das colônias ultramarinas ou demais partes da Europa e Ásia. Uma delas é a *Farmacopeia Ulissiponense* (1716), de João Vigier (1662-1723), qual dedicou grande parte do do capítulo *Tratado das virtudes e descrições de diversas plantas, e partes de animais do Brasil, e das mais partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século* para abordar as mezinhas advindas das colônias ultramarinas portuguesas. Nas quase 60 páginas desse capítulo, João Vigier compilou uma série de espécies naturais até então desconhecidas por grande parte dos boticários portugueses, além de outras encontradas recorrentemente em suas boticas. Entre as diversas entradas de plantas originárias do Brasil, como o cajú, ananás, bálsamo de copaíba, inhames, cacau, contra-erva, jabotapita, parreira-brava, genipapo, iparandiba, ipecacuanha, pau-brasil, manacá e mangaba.

---

<sup>30</sup> José Monteiro de Carvalho, *Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, arvores, animaes quadrupedes, e reptis, ayes, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes* (Lisboa: officina de Miguel Manescal da Costa, (1765), 172.

<sup>31</sup> *Idem, Ibidem*, 39.

A *Farmacopeia Tubalense químico-galênica* (1735), do boticário Manuel Rodrigues Coelho (1687-?) também contém um capítulo destinado as plantas existentes nas colônias portuguesa, o *Em que se dá a notícia da origem dos simples mais versados no uso médico, que das Índias, América, e de mais partes nos vêm a este Reino*. Nesse texto, o boticário identifica espécies dos três reinos naturais, qual do reino vegetal afirma que de todas as partes de uma planta podem ser retirados elementos utilizados para a cura, necessitando o boticário o correto conhecimento das operações farmacêuticas, para “fabricando-se dellas, e de todas as suas partes, os mais seguros, e benignos remedios para a saude humana (...)”<sup>32</sup>.

Quanta a vasta gama de plantas brasileiras abordada ao longo do capítulo, uma das que recebe maior atenção pelo boticário é a abútua, ou parreira-brava (*Abutua sp.*). Sua raiz macerada e diluída em água era destinada ao tratamento contra as câmaras de sangue e abscessos do trato intestinal. Ao misturar o mesmo pó com vinagre, de forma a produzir um emplastro, torna-se propícia para cura de chagas e quistos cutâneos. Cozida, a raiz ou seu pó em água quente funciona contra contusões decorrente de quedas, dores do parto, cólicas, dores de cabeça e no tratamento contra chagas no fígado. Ressalta o autor que “(...) além de outros proveitos, (...) he potentissima para provocar a ourina, expulsar as arêas, pedras do rins, e bexiga (...)”<sup>33</sup>.

De autoria do frei-boticário João de Jesus Maria (1716-1795), a *Farmacopeia dogmatica, médico-química, e teórico-prática*, publicada na cidade do Porto em 1772, também possui um extenso número de plantas brasileiras indicadas para o seu uso como mezinhas. Em passagem extraída de seu prólogo, o frei expõe sua preocupação quanto ao uso insipiente das plantas brasileiras em face das potencialidades que tais géneros naturais poderiam representar ao comércio e ao desenvolvimento das práticas farmacêuticas. Afirmou ele que:

“(...) não deixando de lamentar, segundo as noticias, que ha de Pessoas, que viverão nas Americas, a falta, que temos de pôr na Praxe Medica a muitos vegetaes de conhecida efficacia, para varias queixas, que dizem, tem descoberto com larga experiencia a rustica agilidade racional dos Caboucos daquelles Estados; que a ser certo, poderia haver com utilidade da saude, e

---

<sup>32</sup> Manuel Rodrigues Coelho, *Farmacopéia tubalense químico-galênica* (Lisboa: Officina de António de Sousa da Silva, 1735), 183.

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem*, 189.

crescido lucro, aumento no comercio, igual ao que se vê nos generos, vindos de fóra do Reino”<sup>34</sup>.

O excerto acima extraído da *Farmacopeia Dogmatica* apresenta grande correspondência com a carta assinada por Ribeiro Sanches, anteriormente relatada no presente texto. Para ambos, existe uma deficiência tácita na forma como Portugal subaproveita as potencialidades naturais de sua colônia no Novo Mundo. Ainda que os dois autores - um representante da botica conventual, e outro partidário dos boticários laicos - apresentem diferenças profundas em seus trajetos socioprofissionais, seus discursos convergem para um mesmo ponto: uma melhor exploração dos géneros terapêuticos do Brasil representaria, além dos lucros comerciais, um maior e melhor desenvolvimento da arte farmacêutica.

Para além das farmacopeias portuguesas, alguns desses mesmos autores escreveram ao longo do século XVIII obras voltadas exclusivamente a identificação, preparação e descrição das potencialidades terapêuticas das plantas medicinais. Entre eles, podemos encontrar o frei João de Jesus Maria e o droguista João Vigier. Todavia, ainda que os propósitos de publicação desses autores sejam semelhantes, existem diferenças radicais podem ser encontradas nessas duas obras.

Dada estampa em Lyon no ano de 1718, a *História das Plantas da Europa e das mais usadas que vem da Ásia, África & das Américas* foi assinada pelo droguista francês na intenção de suprir a necessidade de um livro exclusivamente dedicado as plantas terapêuticas em Portugal<sup>35</sup>. Como declarado pelo autor em seu prólogo, a obra tinha como objetivo instruir os leitores na prática de reconhecimento e classificação das espécies vegetais, qual considerava os droguistas de Portugal carentes nesse sentido<sup>36</sup>.

Não há conhecimento da tiragem de impressões, todavia, a obra é profusamente encontrada no inventário de várias boticas conventuais, além de inúmeros exemplares estarem hoje disponíveis nas bibliotecas e arquivos portugueses, o que sugere que o livro possuiu grande dispersão pelo país. Boa parte do sucesso da *História das Plantas* de Vigier reside no fato dela ser uma das primeiras obras em português a incluir, em profusão, ilustrações das plantas que estavam sendo abordadas. Nos dois volumes, que

---

<sup>34</sup> João de Jesus Maria, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theoreticopratica (...)* (Porto: Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772).

<sup>35</sup> Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 13-14.

<sup>36</sup> *Idem, Ibidem*, 14.

contabilizam mais de 800 páginas, o autor incluiu ao lado do texto, uma pequena xilogravura onde pode ser visto os principais elementos morfológicos das plantas abordadas, com o formato de suas folhas, raízes, presença de fruto ou flores. A utilização de ilustrações por Vigier não ficou restrita unicamente a essa obra. Em sua *Farmacopeia Ulissiponense*, pode ser encontrada uma grande imagem com os principais instrumentos utilizados pela farmácia química. Deveras, sua farmacopeia é uma das primeiras a introduzir na literatura farmacêutica portuguesa, de maneira criteriosa e detalhada, os processos técnicos que caracterizam a farmácia química<sup>37</sup>.

Ainda que assinada por João Vigier, a obra é antes uma tradução da *Historie des Plantes de L'europa*, publicada pela primeira vez em 1670, também em Lyon, por Jean Baptiste De Ville. Profusamente reeditada, podemos encontrar exemplares datados de 1689, 1716, 1719, 1726, 1737, 1753 e, por fim, em 1766, sendo as últimas edições assinadas por Nicolas De Ville. Ao confrontar o conteúdo das diferentes edições da *Historie des Plantes*, constata-se que não foram realizadas quaisquer modificações ao longo de seu texto ou ilustrações. Ainda que mais de cem anos separem a primeira e última edição da obra, seus conteúdos permaneceram inalterados. Na versão traduzida por Vigier, apesar do droguista francês expressar no prólogo que iria retirar e adicionar algumas plantas, não há sequer uma inserção ou exclusão de espécies quando comparada as edições francesas. As únicas modificações encontradas ao longo do texto são questões pontuais, como a inclusão de maiores informações sobre a morfologia e uso de algumas plantas, principalmente as do Brasil.

Tendo em conta essas constatações, pode-se notar que as seguidas publicações de *Historie des Plantes* legitimaram-se devido a grande demanda por tais livros. Essa conclusão pode ser corroborada quando percebemos que o livro foi balizado pela classificação Botânica defendida por Gaspard Bauhin (1560-1624). O naturalista suíço defendeu, no início do século XVII, uma classificação das plantas imposta através de sua morfologia, adotando o binômio em latim como forma geral de identificação. Após Bauhin, uma série de outros naturalistas propuseram novas formas de taxonomia botânica, incluindo Carolus Linnaeus (1707-1778), o mais importante deles. Entretanto, ainda que o campo Botânico esteja em plena efervescência de novas teorias e discussões

---

<sup>37</sup> João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* (Coimbra: Minerva, 1996), 292.

durante o século XVIII, os livros editados por De Ville se omitem de tais debates, continuando com a impressão de um texto balizado por Bauhin mesmo quando essa encontrava-se em muito ultrapassado. Com isso, conclui-se que a intenção primeira dos editores de *Historie des Plantes* não era fomentar uma discussão botânica, mas antes, angariar os lucros decorrentes da publicação deste livro.

O sucesso de vendas desta obra em França, apesar de não ser declarado como um dos motivos de João Vigier, possivelmente o impeliu a traduzir seu conteúdo e imprimi-lo em português. A explicação por trás de sua impressão ter sido dada Lyon, ao invés de uma oficina tipográfica portuguesa, tem ligação com questões técnicas próprias da impressão de um livro ricamente ilustrado. Em *Picturing: the book of nature* (2012), Sachiko Kusukawa mostra que as questões técnicas que envolviam a produção de imagens encareciam enormemente o seu preço final e, muitas vezes, inviabilizavam sua rentabilidade comercial. Um livro como *História das Plantas*, que possui centenas de imagens, demandaria um ou mais desenhistas para debuxar as plantas em papel. Posteriormente, seriam necessários riscadores para transferir o desenho para uma placa de chumbo ou madeira, destinada então para a impressão gráfica destas plantas. Devido ao alto preço que envolvia essa produção, era recorrente que tais placas fossem guardadas para serem reutilizadas mais vezes, ou ainda vendidas para outros tipógrafos utilizarem-nas em obras que, não necessariamente, tinham ligações com a obra original a qual foram destinadas<sup>38</sup>. Pelos motivos acima elencados que Vigier, ao invés de produzir um conteúdo novo e com novas placas para a ilustração, imprimiu sua tradução em Lyon, utilizando as mesmas imagens do original em francês. Também por esses motivos que o droguista pode não ter inserido novas plantas como havia declarado em seu prólogo, visto que inserir novas plantas acarretaria contratar novos desenhistas e riscadores, aumentando assim os custos de produção.

### **Historia Pharmaceutica das plantas exóticas**

O segundo texto português dedicado as drogas simples aqui apresentado é o *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes*

---

<sup>38</sup> Sachiko Kusukawa, *Picturing the Book of Nature: Image, Text, and Argument in Sixteenth-Century Human Anatomy and Medical Botany* (Chicago: University of Chicago Press, 2012), 58-64.

*para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática*, de autoria do frei João de Jesus Maria. Apesar de não datado, sua escrita fora concluída não depois de 1777, data de aprovação da sua publicação. Segundo o Catálogo dos Escritores Beneditinos da Congregação de Portugal, elaborado pelo Frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva, este III Tomo manuscrito demorou oito ou nove anos a ser elaborado e esteve na Livraria da Botica do Mosteiro de S. Bento da Saúde - atual Assembleia da República - até ser doado por António José Nogueira à Sociedade Farmacêutica Lusitana em 1837<sup>39</sup>. No último decênio, com a inauguração do Centro de Documentação Farmacêutica em Coimbra, o manuscrito foi translado para essa cidade, onde se encontra disponível para consulta.

Em comparação com a sua primeira farmacopeia, a *História Pharmaceutica das Plantas Exóticas* tem uma marcante influência de Domenico Vandelli em seu conteúdo. Não são raras as entradas que levam a classificação binominal creditada a esse naturalista italiano, além de duas passagens em que o frei Jesus Maria exprime sua admiração pelo trabalho realizado por Vandelli. Em um deles, o autor destaca como o período em que estava inserido era especialmente profícuo para o estudo da Botânica, devido aos investimentos que os reis, príncipes e outros membros da nobreza realizavam para a construção de Hortos e Jardins Botânicos pela Europa. Especificamente no caso português, o clérigo escreveu que: “(...) neste Reyno causa admiração o Regio, e Magnifico Jardim de Ajuda; animado de um grande numero de Plantas exoticas, devidas à directiva, e vigilante instrucção do Douto Professor da Historia Natural o Cl. Domingos Vandelli”<sup>40</sup>.

O Real Jardim Botânico da Ajuda foi uma das principais instituições dedicadas a reformar o campo da Filosofia Natural em Portugal, porém, suas origens estão ligadas a uma passagem nebulosa da história portuguesa. Após o terremoto de 1755, a Corte deslocou-se da Capital para a região de Ajuda, por não ser aquela uma localidade especialmente afetada após o sismo geológico. Com o intuito de construir um ambiente humanístico e científico para o príncipe D. José (1761-1788), futuro delfim de Portugal,

---

<sup>39</sup> “Centro de Documentação Farmacêutica”, acessado em 05 de Novembro de 2015, <http://www.cdf.pt/archeevo/details?id=1002500>.

<sup>40</sup> João de Jesus Maria, *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática* (Manuscrito, 1777), 3.

uma série de recintos científicos foram construídos nesse local, dentre eles, o Jardim Botânico<sup>41</sup>. Para além de Vandelli, também era responsável pela manutenção do espaço Júlio Mattiazi, qual ocupava o cargo do jardineiro. Nos primeiros anos de trabalho, contam-se mais de 5000 espécies de plantas encontradas no Jardim Botânico da Ajuda, muitas delas exóticas ao território português continental<sup>42</sup>.

Em um segundo momento, o frei Jesus Maria, ao explicar sobre a Botânica e suas características investigativas, escreve que esse campo de estudo é “(...) assaz digno de se ocuparem os homens, principalmente esses aplicados a Botanica todos os diferentes objectos da Agricultura, como de continuo estão fazendo alguns respeitaveis sabios, entre os quaes se distingue o Cl. Vandelli, e outros curiosos Doutos deste seculo (...)”<sup>43</sup>. Tal colocação demonstra o grau de reconhecimento que o clérigo tinha pelo trabalho executado pelo naturalista italiano. A prática de exaltar e dedicar a obra para uma personalidade era praxe nos livros científicos do período. Tal atitude assenta na intenção de notoriedade científica, valorização da obra ou ainda na busca por um mecenas que contribuísse para futuros projetos.

Quando confrontadas, a presente obra do frei João de Jesus Maria difere-se em muitos pormenores a obra do droguista francês João Vigier. De início, elas se diferem pelo fato da obra do Frei Jesus Maria nunca ter sido publicada, razão a qual ainda hoje é desconhecida, visto que a mesma apresenta os textos introdutórios, o selo no início e carimbos real e do Santo Ofício em todos seus fólios. Escrita mais de 50 anos após a publicação da *História das Plantas da Europa*, a obra do clérigo beneditino também possui um carácter cientificamente mais rigoroso: o texto é mais complexo, detalhado e extenso a do droguista francês. Essa diferença no carácter científico do conteúdo reflete o desenvolvimento do campo de estudo ao longo do século XVIII, tendo em conta que quase 60 anos separam as duas obras.

Entretanto, a diferença mais marcante é a numerosa quantidade de entradas de plantas advindas da colônia brasileira ao longo das páginas da *História Farmaceutica das Plantas Exóticas*. Primeiramente, devemos nos lembrar que a obra de João Vigier

---

<sup>41</sup> Rómulo de Carvalho. *A História Natural em Portugal no Século XVIII* (Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, 1987), 66.

<sup>42</sup> *Idem, Ibidem*, 66.

<sup>43</sup> João de Jesus Maria, *Historia Pharmaceutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetaes e servir de addição à pharmacopea dogmática* (Manuscrito, 1777), 5.

não é rigorosamente uma obra portuguesa, mas antes, tradução de uma obra francesa. Seu texto traduz as ideias e bagagens culturais de seu autor, assim como também reflete o local social de onde foi produzida, ou seja, as características geográficas, sociais e políticas que nortearam sua produção. Nesse contexto, a ampla variedade de plantas brasileiras encontradas nas páginas de Jesus Maria atestam como as redes imperiais ultramarinas moldaram a botica portuguesa para uma maior aceitação e presença das drogas simples coloniais.

Ao longo do texto do frei João de Jesus Maria, é nítida a conciliação que o autor faz entre as bases da farmacopeia europeia erudita, com os usos praticados no universo colonial, quais são marcadamente populares. A descrição do caju (*Anacardium sp*) ilustra essa condição de conciliação do erudito com o popular. Ao escrever sobre a fruta brasileira, o clérigo beneditino articula em torno de uma análise científica das propriedades botânicas, bem como para uma apresentação e explicação dos usos populares que envolviam sua terapêutica. Assim, afirmou o frei Jesus Maria que “*Anacardum occidentale* vem a ser hum fructo, ou noz reniforme de grandeza de castanha, cuberta de cinzenta casca subfusca, chamada de alguns de castanha de Caju; ella consta de quasi duplicadas membranas, e certa intermedia substancia, fungoso–mellosa subarraixada (...)”<sup>44</sup>. A respeito das características dos castanha, escreveu o frei que a mesma “(...) se inflamma no fogo, e taõ adente, que untando ainda as de leve a cútis com ella, a corroe, e queima, e se por descuido se avinca nos dentes, ulcera os labios, lingua, e mais partes da bocca com dor summa”<sup>45</sup>. Devido a essa particularidade, qual tornava a castanha do caju especialmente violenta, os naturais do Brasil fazem com ela:

“(...) hum óleo, que alem de impedir a corrupção da madeira, tambem deles se aproveitaõ na pintura; as melhores do paiz se valem do succo acre desras nozes para maltarem os bichos, e tirarem as manchas do rosto, pos corroendo-lhe a pelle, o deixa em carne viva, vindo-lhe depois outra de novo (...) havendo pessoa de todo credito, que me seguro fazia expellir as secundinas, e feito morto huã inteira noz destas atada com linha, e intrusa no orificio da vagina do utelo por alguãs horas, e por fim dellas se tira.”<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> *Idem, Ibidem*, 266.

<sup>45</sup> *Idem, Ibidem*, 266.

<sup>46</sup> *Idem, Ibidem*, 267.

Dessa forma, as características botânicas expressas pelo autor, quais são feitas dentro de uma realidade científica europeia, se relacionam com as práticas coloniais ligadas ao seu uso. Por isso, é importante destacar que a circulação das plantas ao longo das redes comerciais ultramarinas foram diretamente acompanhadas pelas práticas e usos tradicionais condizentes a tais plantas. Assim, o processo de exploração e comercialização dos gêneros medicinais do Brasil não apenas abasteceram as boticas portuguesas, ou ainda aumentaram o acervo de plantas encontrado no Jardim Botânico da Ajuda. Antes. Eles também influenciaram e moldaram a terapêutica portuguesa.

Outra planta brasileira abordada pelo frei foi a parreira-brava ou abútua (*Abutua sp.*), gênero nativo do Brasil, mas largamente difundida em Portugal. Escreveu o frei que:

“Radix Butuo (...) chamaõ os habitantes da América pertencente ao Imperial Dominio deste Reyno á planta da Butua Coaapeba (...) Daõ alguãs praticas analyses feitas no todo desta raiz, bastante fundamento para se julgar, o constar ella de hum fixo principio gummoso-resinoso, remistado de moleculas salino-salas, subasteriusculo-terreas, dotadas de vigor diuretico, stomatico, discuciente, e digestivo; havendo quem lhe confere muitas excellencias eficazes em varias queixas (...)”<sup>47</sup>.

Ainda que suas primeiras descrições tenham sido realizadas no século XVI pelos clérigos portugueses, ou sob jurisdição da Coroa portuguesa, ela somente tornou-se conhecida no final do século XVII. Reconhecendo o seu valor terapêutico, o embaixador de Luís XIV, Michel Amelot (1655-1724), ao retornar à Paris, levou consigo várias amostras dessa planta, qual rapidamente difundiram-se como poderoso diurético no tratamento de pedras dos rins e doenças do trato urinário<sup>48</sup>. O droguista Pierre Pomet (1658-1699), no seu livro *Historie Generale des Drogues*, assinala que, em 19 de Outubro de 1692, recebeu uma carta do Monsieur Thevard, qual diz que “a parreira Brava, que vem dos índios do Brasil, é uma raiz mais comum que a da ipecacuanha, que é encontrada em quase todos os boticários deste país, mas a quantidade não é tão grande”<sup>49</sup>. Em 1710, a parreira brava foi objeto do relatório por

---

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem*, 364.

<sup>48</sup> José Pedro Sousa Dias, “Levanta-te e Caminha: a Igreja e as ciências da saúde em Portugal nos Séculos XVI a XVIII” in *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*, ed. Clara Pinto Correia, José Pedro Sousa Dias (Lisboa: Relógio D’Água, 2003), 319.

<sup>49</sup> Pierre Pomet, *Histoire générale des drogues* (Paris: Chez Jean-Baptiste Loyson, & Augustin Pillon, 1694), 69.

Etienne-François Geoffroy, professor de Medicina da Farmácia no Collège de France, a pedido da Academia das Ciências, onde relatou várias experiências positivas no tratamento de inflamação da bexiga<sup>50</sup>.

## Conclusão

Para concluir, como defendido por David N. Livingstone, as características espaciais de onde a ciência foi praticada pode afetar diretamente suas práticas. Para além de uma suposta homogeneidade, a ciência foi moldada regionalmente por características históricas e geográficas próprias de onde ela era praticada<sup>51</sup>. Logo, a obra do Frei João de Jesus Maria está profundamente radicada no lugar social qual ela foi produzida, resultante das redes de interação social e científica, a qual ele é tanto vetor como receptor. O amplo número de plantas nativas do Brasil presentes na obra do Frei Jesus Maria reflete, em primeiro lugar, uma característica das boticas portuguesas, qual tinham uma forte influência das plantas e práticas de suas possessões ultramarinas, e em segundo, uma preocupação própria do período histórico em questão, que era de uma utilização maior e melhor das riquezas naturais coloniais.

---

<sup>50</sup> Etienne-François Geoffroy, “Sur le Pareira Brava”, in *Historie de L'académie royale des scieeces* (Paris: 1710), 56-59.

<sup>51</sup> David N. Livingstone, *Putting science in its place: geographies of scientific knowledge* (Chicago: The University of Chicago Press, 2003), 180.